

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ROBSON DE SOUZA SILVA

**IFRS 16: IMPACTOS NOS INDICADORES FINANCEIROS DAS  
COMPANHIAS AÉREAS**

RIO DE JANEIRO

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ROBSON DE SOUZA SILVA

IFRS 16: IMPACTOS NOS INDICADORES FINANCEIROS DAS COMPANHIAS  
AÉREAS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Administração  
e Ciências Contábeis da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do grau  
de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Thiago de Abreu Costa

RIO DE JANEIRO

2019

## RESUMO

Em 2016, o International Accounting Standards Board (IASB) emite a IFRS estabelecendo novos critérios para reconhecimento de arrendamentos, tendo como norma equivalente no Brasil o CPC 06 (R2) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. Esse estudo tem como objetivo identificar os impactos nos indicadores econômico-financeiros das empresas Gol linhas aéreas inteligentes S.A. e Azul S.A comparando os efeitos com e sem a norma nos indicadores. Os resultados obtidos indicam impacto nos ativos e passivos das entidades com redução no patrimônio líquido e alterações significativas nos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade.

**Palavras-Chave:** IFRS 16. CPC 06. Arrendamento mercantil.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 OBJETIVOS.....	6
1.2 JUSTIFICATIVA.....	6
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
2.1 IFRS 16 E OS IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	7
2.2 ESTUDOS ANTERIORES.....	9
3 METODOLOGIA.....	11
4 RESULTADOS E ANÁLISES.....	11
4.1 IMPACTO NO PATRIMÔNIO.....	11
4.2 ANÁLISE DE INDICADORES.....	13
5 CONCLUSÃO.....	15
6 REFERÊNCIAS.....	16

## 1 INTRODUÇÃO

Arrendamento mercantil, também conhecido como “leasing”, é um negócio jurídico em que o arrendador (proprietário do ativo) concede ao arrendatário (pessoa que irá usar o bem) o direito de utilizar um ativo através de pagamentos mensais por tempo determinado. Ao término do contrato o arrendatário pode optar por comprar o bem, devolve-lo ou renovar o contrato. O arrendamento mercantil se dividia em duas modalidades: Financeiro e Operacional. O Financeiro tinha como principais características: contrato de financiamento em que o arrendatário tenha a opção certa de adquirir o bem ao final do prazo do arrendamento; preço para aquisição menor que o valor justo do ativo e os riscos e benefícios inerentes ao ativo deviam ser transferidos ao arrendatário. O arrendamento operacional se assemelha a um contrato de aluguel: os riscos ficam com o arrendador, caso seja feita opção pela compra será pelo valor justo e diferente do financeiro, se reconhece somente as despesas no resultado sem qualquer registro no balanço.

As operações que envolvam arrendamento tem seu tratamento tributário definido na lei 6099/74, regulação pelo Banco Central nas resoluções 2309/3516 e tratamento contábil definido pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) por meio do pronunciamento 06.

O International Accounting Standards Board (IASB) é um comitê de normas internacionais de contabilidade responsável por publicar e atualizar padrões contábeis internacionais conhecidos como IFRS (International Financial Reporting Standards). Após estudo realizado em 2014 a entidade identificou que aproximadamente 3,3 trilhões em passivos não estavam sendo divulgados em balanço, decorrentes do tratamento contábil dado ao arrendamento operacional definido pela International Accounting Standard (IAS) 17, norma utilizada até então. A ausência dessas informações comprometia a qualidade dos relatórios financeiros divulgados, tendo em vista que os usuários da informação não tinham como saber os ativos controlados pelas entidades que efetuam operações de arrendamento e os passivos gerados por essas atividades. Em 2016, tendo constatado que era necessário modificar a forma de contabilização, o IASB emite a IFRS 16. A proposta desta norma é um modelo de contabilização único em que independente da classificação do arrendamento como financeiro ou operacional, arrendatários reconheçam em seus balanços os ativos e passivos de acordo com os preceitos da nova estrutura conceitual.

A IFRS 16 mantém, em grande parte, a definição de arrendamento da IAS 17, mas altera as orientações sobre as formas de aplicação. Modificação necessária para remover a prática de não reconhecer no balanço patrimonial ativos decorrente de arrendamento operacional e para distinguir melhor um arrendamento de um contrato de serviço. A nova norma e a sua definição só entrará em vigor em janeiro de 2019 o que diminuirá o custo para as empresas já que só se aplica a novos contratos. A nova abordagem contábil do arrendatário implica o reconhecimento de dois itens principais em decorrência do contrato, que envolve: um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Em janeiro de 2016, o IASB realizou um estudo com 1500 empresas do mundo todo com o objetivo de avaliar os custos, benefícios e estimar o impacto quantitativo que a IFRS 16 causaria nas demonstrações contábeis. Chegando a conclusão que a aplicação da nova norma não tem os mesmos efeitos em todos os setores, sendo o setor aéreo o mais afetado, devendo reconhecer aproximadamente 22% a mais de passivos em seus balanços.

O Brasil possui o terceiro maior mercado de transporte aéreo doméstico do mundo, responsável por 3,1% da produção econômica brasileira, sendo a maior parte da frota de aeronaves das companhias brasileiras arrendada por contratos de arrendamento mercantil. O mercado doméstico é dominado por quatro empresas que juntas possuem 99,5% de participação: A Gol é a líder de mercado com 36,2% de participação, seguida por Latam com 32,6%, Azul com 17,8% e Avianca com 12,9%.

### **1.1 Objetivos**

Este estudo visa analisar os indicadores de rentabilidade, endividamento e liquidez após a adoção do novo padrão previsto na IFRS 16 utilizando as demonstrações financeiras do primeiro trimestre 2019 das empresas aéreas listadas em bolsa.

### **1.2 Justificativa**

Os indicadores financeiros possuem grande importância no momento em que as empresas procuram se capitalizar no mercado. Ter bons indicadores de rentabilidade, liquidez e endividamento é essencial para conseguir bons financiamentos com taxas competitivas, além de ser um fator determinante para que novos investidores entrem com capital. Assim, torna-se relevante analisar se o impacto nos indicadores após a adoção do IFRS 16 será positivo ou negativo e se a informação que os usuários passarão a ter será mais fidedigna.

## **2 Revisão bibliográfica**

### **2.1 IFRS 16 e os impactos econômico-financeiro**

Com a aplicação de um modelo único de contabilização do arrendamento mercantil proposta pela IFRS 16 a característica da essência sobre a forma passa a prevalecer. O ativo que não é da propriedade da empresa, mas que há um direito de uso é reconhecido juntamente com um passivo já que há obrigação de pagar as prestações do contrato.

Os principais indicadores financeiros serão afetados devido ao reconhecimento de novos ativos e passivos e pelo momento do reconhecimento e classificação de receitas e despesas de arrendamento. Essas alterações podem impactar a medição de covenants, os saldos tributários e a capacidade de a empresa pagar dividendos (KPMG, 2016).

A norma prevê duas exceções para o não reconhecimento do ativo no balanço: ativos com baixo valor e contratos de locação de curto prazo. O “On/Off balance sheet test” é o teste que diferencia se um contrato deve ou não aparecer no balanço. Segundo o CPC 06 (R2) um contrato é ou contém um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, até mercadorias poderiam ser classificadas como arrendamento.

A subjetividade na identificação de um arrendamento é um dos grandes desafios trazidos na aplicação da norma. O CPC 06 (R2) traz cinco itens para identificar se o contrato possui arrendamento: O Ativo deve ser identificado, o cliente deve ter direito a todos os benefícios econômicos do ativo durante o período de uso, deverá ter o direito de direcionar como e para qual finalidade o ativo é usado, ter o direito de operar o ativo durante todo o período de uso sem que o fornecedor tenha o direito de alterar as instruções operacionais e se o cliente projeta o ativo determinando como e para qual finalidade o ativo seria usado durante todo o período de uso.

Após ter sido identificado que o contrato se trata de um arrendamento, por meio de um modelo único de contabilização, a arrendatária deverá reconhecer no balanço um ativo de direito de uso e a respectiva obrigação no passivo.

O ativo de direito de uso deve ser reconhecido inicialmente ao custo. Segundo o CPC 06 (R2), o custo do ativo deverá compreender:

- (a) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- (c) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário; e
- (d) a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico.

O passivo do arrendamento deve ser mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que deve ser calculado a partir de fluxos de caixa futuros e uma taxa de desconto que a princípio será a taxa de juros implícita no arrendamento (Iudícibus et. al., 2018).

Os pagamentos do arrendamento que devem ser considerados na mensuração do passivo compreendem os seguintes pagamentos para o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento não efetuados na data de início:

- (a) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- (b) pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de índice ou de taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa da data de início;
- (c) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- (d) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- (e) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Segundo ABEL (2015) haverá uma queda no patrimônio líquido das empresas que possuem arrendamento fora do balanço, pois o montante dos ativos diminuirá mais



rapidamente do que os passivos contabilizados. Esse efeito dependerá da alavancagem da empresa. O EBITDA e o lucro operacional tendem a aumentar em virtude da despesa com o aluguel que deixará de ser contabilizada integralmente como despesa operacional.

## **2.2 – Estudos anteriores**

A pesquisa de Arrozio, Gonzalez e Silva (2016), com o intuito de identificar os impactos nos indicadores econômicos financeiros da aplicação da IFRS 16, analisou 17 companhias listadas em bolsa do setor de atacado e varejo através das demonstrações contábeis do exercício de 2015 extraíndo os dados necessários para obter os indicadores desejados e das notas explicativas os dados dos arrendamentos operacionais existentes. Com os dados das notas explicativas foi possível simular uma capitalização nos moldes da IFRS 16 e assim identificar os impactos nos indicadores. A pesquisa revela um recuo no índice de liquidez e um aumento no nível de endividamento e na alavancagem.

Chaves (2016) utilizou as demonstrações contábeis das companhias aéreas Tam, Gol e Azul dos anos de 2013, 2014 e 2015 para verificar os impactos nos indicadores financeiros com a adoção da nova norma. Foram utilizados ajustes da capitalização do leasing operacional, considerando o valor total das contraprestações no ativo não circulante, referente ao imobilizado, e no passivo, parte no circulante e parte no não circulante, a depender do prazo do pagamento e do exercício financeiro. O estudo aponta impacto significativo nos indicadores principalmente no índice de imobilização do patrimônio líquido e retorno sobre o ativo.

Oliveira (2018) tinha por objetivo identificar quais os impactos nos indicadores econômicos das arrendatárias, especialmente de arrendamentos operacionais, sofrerão em suas demonstrações, com a aplicação da IFRS 16. Foram utilizados dados hipotéticos para simular o cenário da aplicação da norma. Concluindo que houve redução no índice de liquidez, aumento no endividamento, lucro bruto e operacional.

Ribeiro (2017) tem o intuito de analisar as características observadas e descrever qual será o principal impacto na estrutura patrimonial, após adoção da IFRS 16, em empresas brasileiras do setor aéreo de capital aberto, listadas na BM&FBovespa: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. Foram utilizadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas dos anos de 2015 e 2016 para a extração dos dados. Concluindo que haverá impacto na estrutura patrimonial com aumento do ativo e do endividamento.

O estudo de Garcia (2017) tinha como objetivo verificar a divulgação dos arrendamentos mercantis financeiros e operacionais das companhias abertas brasileiras do setor de transporte. Foram utilizadas as demonstrações contábeis dos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016 com uma amostra de 41 empresas listadas na bolsa de valores. Por meio das informações contidas nas notas explicativas foi gerado um índice de evidenciação em que foi possível calcular estatísticas descritivas. Os dados apontaram que a média de evidenciação dos setores analisados são baixos e que 85% das empresas analisadas apresentaram informações sobre a IFRS 16.

O trabalho de Araujo e Zittei (2018) analisou as demonstrações financeiras da Latam Airlines Group S.A nos exercícios de 2016 e 2015 com o objetivo de verificar as mudanças nos indicadores financeiros tais como Lucro Antes dos Impostos, EBITDA e o nível de alavancagem financeira. Foi realizada uma projeção dos valores com base nas aeronaves que constavam como arrendamento operacional e dos saldos de arrendamentos financeiros e operacionais existentes e posterior capitalização de acordo com a IFRS 16. Os Resultados apontaram melhora no EBITDA e piora no endividamento.

### 3 Metodologia

O setor aéreo foi escolhido para este trabalho por ter um volume grande de contratos de arrendamento mercantil utilizados para obtenção de aeronaves para o transporte de passageiros.

O levantamento dos dados utilizados no presente estudo foram obtidos por meio dos sites de relação com investidores das empresas “AZUL S.A.” e “GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.” por possuírem a maior participação no mercado doméstico brasileiro de transporte aéreo.

Com base nas demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2019 foram extraídos os dados necessários para análise de indicadores financeiros. Segundo Matarazzo (2003, p. 147) a análise de indicadores garante “[...] um diagnóstico preciso da situação econômico-financeira da empresa”.

Fórmulas empregadas na análise dos indicadores financeiros:

**Quadro 1** – Índices utilizados e forma de cálculo

Grupo	Indicador	Fórmula
	Endividamento	CT/PL

Estrutura de Capital	Composição do endividamento	PC/CT
	Imobilização do patrimônio líquido	AP/PL
	Imobilização dos recursos não correntes	AP/PL+ELP
Liquidez	Liquidez geral	AC+RLP/PC+PNC
	Liquidez corrente	AC/PC
Rentabilidade	Giro do ativo	V/AT
	Margem líquida	LL/V
	Rentabilidade do ativo	LL/AT
	Rentabilidade do patrimônio Líquido	LL/PL
	Margem EBITDA	EBITDA/V

Fonte: Elaborado pelo autor

## 4 Resultados e análises

### 4.1 Impacto no patrimônio

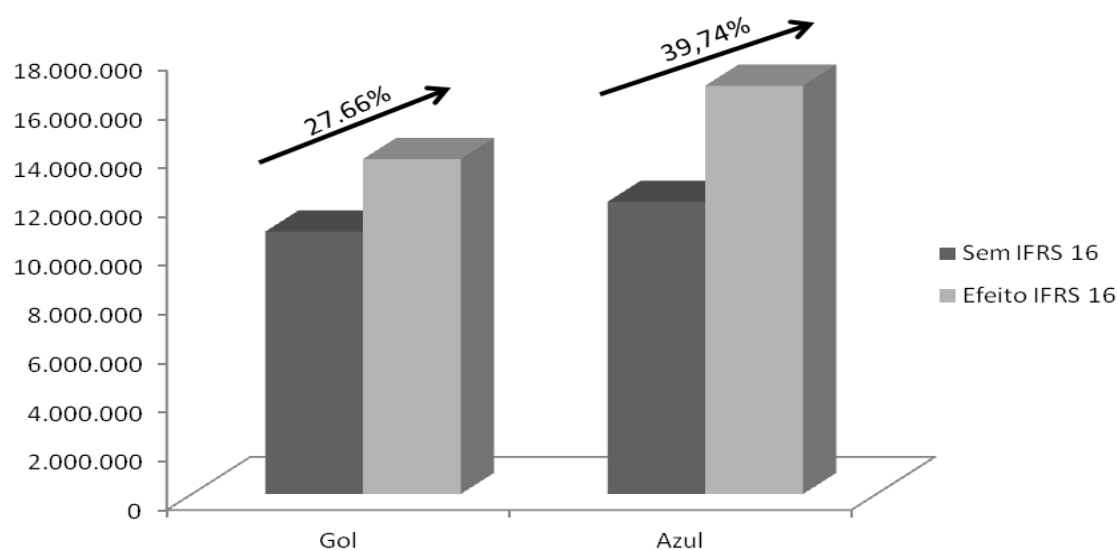
A tabela 1 apresenta os dados dos balanços do primeiro trimestre de 2019 das empresas Gol e Azul com e sem os ajustes decorrentes da adoção da IFRS 16

**Tabela 01** – Efeito da IFRS 16 nas contas patrimoniais

<b>Gol</b>	<b>1º Trimestre 2019</b>		
<b>Grupo de Contas</b>	<b>Sem IFRS 16</b>	<b>Efeito IFRS 16</b>	<b>Variação (%)</b>
Ativo Circulante	4.047.502	4.047.502	0,0000
Ativo Não Circulante	6.711.530	9.687.703	0,4434
Ativo Total	10.759.032	13.735.205	0,2766
Passivo Circulante	6.436.515	7.510.750	0,1669
Passivo Não Circulante	8.250.355	12.876.034	0,5607
Patrimônio Líquido	-3.927.838	-6.651.579	0,6934
Passivo Total	10.759.032	13.735.205	0,2766
<b>Azul</b>	<b>1º Trimestre 2019</b>		
<b>Grupo de Contas</b>	<b>Sem IFRS 16</b>	<b>Efeito IFRS 16</b>	<b>Variação (%)</b>
Ativo Circulante	3.563.201	3.585.738	0,0063
Ativo Não Circulante	8.416.901	13.156.343	0,5631
Ativo Total	11.980.102	16.742.081	0,3975
Passivo Circulante	4.006.771	5.193.437	0,2962
Passivo Não Circulante	4.935.184	12.020.530	1,4357
Patrimônio Líquido	3.038.147	-471.886	-1,1553
Passivo Total	11.980.102	16.742.081	0,3975

Fonte: elaborada pelo autor

Conforme gráfico 1 o aumento nos ativos da companhia Gol após a adoção da IFRS 16 foi de 27,66% e o aumento na Azul foi de 39,74%.

**Gráfico 1 – Efeito no ativo total das companhias**

Fonte: Elaborado pelo autor

Os pagamentos mínimos futuros e o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos de ambas as companhias são apresentados nas notas explicativas, conforme tabela 2 a seguir:

**Tabela 2 – Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos**

Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	
2019	1.173.562
2020	1.419.001
2021	1.209.248
2022	1.018.974
2023	808.385
2024 em diante	1.766.498
Total de pagamentos mínimos de arrendamentos	7.395.668
Menos total de Juros	-1.695.754
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	5.699.914
Menos parcela do Circulante	-1.074.235
Parcela do não Circulante	4.625.679
Azul S.A.	
2019	1.164.456
2020	1.985.756
2021	1.884.877
2022	1.921.145
2023	1.406.557
2024	1.091.365

Posterior a 2024	3.128.572
Total de pagamentos mínimos de arrendamentos	12.582.728
Menos total de Juros	-3.181.329
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	9.421.399
Menos parcela do Circulante	-1.301.329
Parcela do não Circulante	8.120.070

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2019 das companhias gol e azul.

A companhia Azul possuía em 31 de dezembro de 2018, 123 aeronaves no regime de arrendamento operacional. No mesmo período a Gol possuía 110 aeronaves sob este regime. Observa-se um forte impacto negativo no patrimônio líquido das duas empresas após a adoção da IFRS 16, causado pela diferença entre os passivos registrados por valor maior que os ativos.

#### 4.2 - Análise de indicadores

A análise foi feita de acordo com as diferenças existentes entre os indicadores calculados com base nos dados das demonstrações contábeis e notas explicativas do primeiro trimestre de 2019, sem a aplicação da nova forma de contabilização dos arrendamentos operacionais e após a aplicação da norma. Os índices obtidos de acordo com as informações divulgadas são demonstrados na tabela abaixo:

**Tabela 3** – Comparação dos índices com e sem o efeito da norma

GOL			
Indicadores Financeiros	Sem IFRS 16	Efeito IFRS 16	Variação (%)
Endividamento	-3,7392	-3,0650	-0,1803
Composição do Endividamento	0,4382	0,3684	-0,1594
Imobilização PL	-0,7214	-0,8734	0,2108
Imobilização recursos não correntes	1,0681	1,2199	0,1421
Liquidez Geral	0,4182	0,3013	-0,2796
Liquidez corrente	0,6288	0,5389	-0,1430
Giro do Ativo	0,2984	0,2338	-0,2167
Margem Líquida	0,0129	0,0110	-0,1513
Rentabilidade do ativo	0,0039	0,0026	-0,3352
Rentabilidade PL	-0,0106	-0,0053	-0,4989
Margem EBITDA	0,1811	0,2840	0,5680
AZUL			
Indicadores Financeiros	Sem IFRS 16	Efeito IFRS 16	Variação (%)
Endividamento	2,9432	-36,4791	-13,3942
Composição do Endividamento	0,4481	0,3017	-0,3267

Imobilização PL	1,1276	-16,9881	-16,0663
Imobilização recursos não correntes	0,5585	0,7831	0,4022
Liquidez Geral	0,8280	0,4472	-0,4599
Liquidez corrente	0,8893	0,6904	-0,2236
Giro do Ativo	0,2122	0,1518	-0,2844
Margem Líquida	0,0828	0,0542	-0,3459
Rentabilidade do ativo	0,0176	0,0082	-0,5320
Rentabilidade PL	0,0693	-0,2918	-5,2111
Margem EBITDA	0,1129	0,2849	2,5237

Fonte: elaborada pelo autor

Os resultados obtidos indicam uma redução no índice de endividamento com ambas apresentando índices negativos e com um forte impacto na companhia Azul que passou de um indicador de 2,9432 para -36,4791. Este indicador apresenta a dependência que a companhia possui de capital de terceiros. Mesmo sendo um índice do tipo “quanto maior pior” os valores negativos indicam piora no endividamento.

O índice de composição do endividamento caiu 32,67% na Azul e 15,94% na Gol. O Indicador demonstra a quantidade de dívida de curto prazo em relação à de longo prazo. A queda observada indica que as empresas passaram a ter uma quantidade menor de dívida de curto prazo.

O índice de Imobilização do patrimônio líquido, que evidencia o quanto do ativo permanente é financiado por capital próprio, caiu nas duas empresas com destaque para a Azul que variou 1606%. Houve aumento no índice de imobilização de recursos não correntes, que avalia o nível de imobilização do capital próprio e do capital de terceiros, de 14,21% na Gol e 40,22% na Azul.

Os indicadores de liquidez geral e de liquidez corrente apresentaram queda com uma variação mais acentuada na AZUL (queda de 45,99% na liquidez geral e 22,36% na liquidez corrente). A liquidez geral é um indicador que mensura a capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo. A liquidez corrente indica a capacidade de pagamento no curto prazo. A redução do indicador nas duas empresas demonstra que houve uma deterioração na capacidade de pagamento no curto e longo prazo.

Com exceção da Margem EBITDA, todos os indicadores de rentabilidade caíram, destacando-se a rentabilidade do patrimônio líquido que caiu 49,89% na Gol e 521% na Azul. A margem EBITDA subiu 252% na Azul e 56,80% na Gol. O EBITDA é obtido somando-se ao lucro líquido o resultado financeiro, IR (imposto de renda) e CSLL

(contribuição social sobre o lucro líquido), a depreciação e a amortização. A margem EBITDA é um indicador que apresenta a rentabilidade operacional como uma porcentagem da receita líquida de vendas.

O reconhecimento de novos ativos e a diferença entre os passivos e ativos reconhecidos seguindo as orientações da IFRS 16 afetou significativamente os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Haverá impacto também nos saldos tributários e no pagamento de dividendos.

## **5 Conclusão**

O presente trabalho teve como objetivo analisar os impactos nos indicadores econômico-financeiros de duas companhias aéreas após a adoção de novos critérios de contabilização das operações de arrendamento mercantil. Os indicadores foram analisados comparando os dados apresentados oficialmente pelas companhias (com efeito da norma) com dados ajustados retirando os efeitos da norma.

Os resultados obtidos indicam que a aplicação dos critérios para contabilização do arrendamento mercantil de acordo com a IFRS 16 provoca alterações significativas nos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade.

Cabe ressaltar que os resultados obtidos corroboram pesquisas anteriores - Araujo e Zittei (2018), Oliveira (2018), Ribeiro (2017) – sobre os impactos do arrendamentos nos indicadores econômico-financeiros.

A análise de dados de duas empresas de apenas um setor econômico inviabiliza a generalização dos resultados para as demais companhias, sendo a principal limitação desse estudo.

Para pesquisas futuras, sugere-se que sejam estudados dados de uma quantidade maior de empresas de outros segmentos da economia brasileira para identificar os impactos das mudanças apontadas neste trabalho em segmentos distintos.

## 6 Referências:

KPMG. IFRS 16 arrendamento um balanço mais transparente. 2016. Disponível em: <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/04/br-ifs-em-destaque-02-2016.pdf>>. Acesso em 31 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LEASING (ABEL). Arrendamentos: Implicações práticas do novo padrão de normas de Arrendamento. 2015. Disponível em: <[http://www.leasingabel.com.br/wpcontent/uploads/2017/05/Arrendamentos\\_Implicacoes-praticas-do-novo-padrao-de-normas-de-Arrendamentos\\_Final.pdf](http://www.leasingabel.com.br/wpcontent/uploads/2017/05/Arrendamentos_Implicacoes-praticas-do-novo-padrao-de-normas-de-Arrendamentos_Final.pdf)>. Acesso em 24 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico 06 (R1): Operações de Arrendamento Mercantil. 2010.

Disponível em:

<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/163\\_CPC\\_06\\_R1\\_rev%2008.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/163_CPC_06_R1_rev%2008.pdf)>. Acesso em 25 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico 06 (R2): Operações de Arrendamento Mercantil. 2017.

Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533\\_CPC\\_06\\_\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_(R2).pdf)>. Acesso em 25 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Dispõe Sobre O Tratamento Tributário das Operações de Arrendamento Mercantil e Dá Outras Providências. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6099.htm)>. Acesso em 25 ago. 2019

RIBEIRO, Tatiane; GAMA, Mônica Aparecida Ferreira. IFRS 16: Impacto no setor aéreo. 2017. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19309/1/IFRS16ImpactoSetor.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2019

OLIVEIRA, Ana Carolina Braz de. CPC 06 (R2): Uma Análise de sua Aplicação e Impacto nas Demonstrações Financeiras da Arrendatária. 2018. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2018. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/7431>>. Acesso em: 23 set. 2019.



ARAÚJO, T. A.; ZITTEI, M. V. M. Impactos na convergência das Normas Internacionais de Contabilidade de Leasing para arrendatários. Cafi, v. 1 n. 1, p. 44- 57, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/CAFI/article/view/36954/25178>>. Acesso em 28 ago. 2019.

MATOS, N. B.; NIYAMA, J. K. IFRS 16 - Leases: desafios, perspectivas e implicações à luz da essência sobre a forma. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC), v. 12, n. 3, 2018. Disponível em:<<http://repec.org.br/repec/article/view/1858>>. Acesso em 28 ago. 2019

RIBEIRO, D. M.; REIS, E. M. D.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da mudança contábil no reconhecimento de ativos nas operações de arrendamento mercantil. Revista Universo Contábil, v.10, n.2, p.84-104, 2014. Disponível em:

< <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117031345006.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2019.

Kruger, L. M. & Borba, J.A. Evidenciação do arrendamento mercantil financeiro nas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. Revista de Finanças Aplicadas, v. 1, p.23, 2013. Disponível em:

<<http://www.financasaplicadas.net/index.php/financasaplicadas/article/view/66>>.

Acesso em 27 ago. 2019.

Arrozio, M. M. Gonzales, A. & Silva, F. L. Alterações nos Indicadores Financeiros das Companhias do setor de Atacado e Varejo decorrentes da Nova Contabilização do Arrendamento Mercantil Operacional. Revista Eniac Pesquisa, v. 5, n. 2, p. 139-159, 2016.Disponível em:

< <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/380>>. Acesso em 18 ago. 2019.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.

COELHO, A.C.; CRUZ,S.I.F.; HOLLANDA, A.P. Reconhecimento de Leasing Financeiro em Arrendadoras Brasileiras: Diferenças dos Padrões Contábeis BACEN e CPC 06. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 18, n. 2, 2015. Disponível em: < <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/833>>. Acesso em 18 ago. 2019

SANTOS, N.A.; RAIMUNDINI S.L.; SOUSA, C.A.B. Evidenciação Contábil: Análise Comparativa Da Aplicação Das Normas Internacionais De contabilidade E Das Normas Vigentes No Brasil Em Operações De arrendamento Mercantil Financeiro. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 26, n. 2, p. 72-87, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3071/307124231005.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2019.

MARTINS,O.S.; VASCONCELOS,A.F.; SOUZA,M.V. O Tratamento Contábil Do Arrendamento Mercantil Nas Demonstrações Financeiras: O Jogo De Interesses Versus A Busca Pela Transparência Dessas Demonstrações. Qualitas Revista Eletrônica, v. 7, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/158>> Acesso em 26 ago. 2019

KLANN, R. C.; PATON , C.; CUNHA, J. V. A. da; TOLEDO FILHO, J. R. de. Impacto da contabilização do arrendamento mercantil financeiro segundo a Lei 11.638/07 nas demonstrações contábeis das empresas aéreas brasileiras. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 8, n. 24, p. 81-96, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5454852>> Acesso em 27 ago. 2019

PEREIRA, R.C.; MARQUES; J.A.V.C. Comentários sobre a Evidenciação das Operações de Arrendamento Mercantil no Contexto da Convergência com as Práticas Contábeis Internacionais: o caso da Petróleo Brasileiro S/A. Pensar Contábil, v. 11, n. 43, 2009. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/85>>. Acesso em 29 ago. 2019

GALLON, A.V.; CRIPPA, M.; GOIS, A.F.; DE LUCA, M. M. M. (2012). As Mudanças no Tratamento Contábil do Leasing e seus Reflexos nos Indicadores Econômico-Financeiros das Companhias Aéreas Brasileiras. Revista de Finanças Aplicadas. São Paulo, v. 1, p. 1-18, 2012. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/fc6f/4b687610c585fd55e6fd1ae433cfcfd31f39.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2019

BEUREN, I.M.; KAVESKI, I.D.S.; POLITELO, L. ; GODOY,N.N. Evidenciação Do Arrendamento Mercantil Financeiro Das Empresas Listadas No Novo Mercado Da Bm&Fbovespa. Gestão & Regionalidade, v. 30, n. 88, p. 4-18, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1334/133430605002.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2019

CHAVES, Barbara Helena de Mesquita Teixeira. O efeito do ifrs 16 contabilidade de leasing nas companhias aéreas brasileiras tam, gol e azul. 2016. 35 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, UNB, Brasília, 2016. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/18593/1/2016\\_BarbaraHellendeMesquitaTeixeiraChaves.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/18593/1/2016_BarbaraHellendeMesquitaTeixeiraChaves.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MOREIRA, A.T.; FILHO; O.A.S.; LEMES, S. IAS 17 – análises, comparações e a primazia da essência sobre a forma. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU, Getúlio Vargas, v. 6, n. 12, 2011.

GARCIA, Bruno. Um estudo dos arrendamentos mercantis financeiros e operacionais divulgados nas notas explicativas de empresas brasileiras do setor de transportes. 2017. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/183691/TCC%20Bruno%20Garcia.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 jun. 2019.